

## Folha para Redação

<b>Nome Completo: Cristiane dos Santos Amorim</b>	<b>Data: 11 de junho 2020</b>
<b>Instituição de ensino: Etec Parque Belém/Cursinho comunitário pimentas</b>	<b>Série: 3ºano</b>
<b>Telefone: (11)949967787</b>	
<b>Email: cristianeamorim2003@gmail.com</b>	
<b>Tipologia/Gênero textual: Dissertativo argumentativo</b>	
<b>Tema: Democratização do acesso ao cinema no Brasil.</b>	

### Redija o seu texto abaixo.

No prelúdio do século XIX, durante o período conhecido como "Belle Époque" que ficou marcado pelo desenvolvimento tecnocientífico, acompanhamos o avanço cultural com a popularização do cinema. Logo, com a arte imitando a realidade vemos que historicamente a inserção da cultura artística é de extrema importância na sociedade, não só para o entretenimento, mas também para a formação de cidadãos críticos. No entanto, o acesso à cultura do cinema no Brasil tem se tornado cada vez mais privatizado e excludente evidenciando a desigualdade social, assim como a ausência de políticas públicas efetivamente aplicadas.

Primeiramente, é relevante abordar que, no Brasil a disponibilização de salas de cinema são evidentemente má distribuídas, já que a maior parte delas se encontram nas regiões Sul e Sudeste do país. Nesse sentido, o filme "Tapete Vermelho" aborda a dificuldade de Quinzinho em levar seu filho ao cinema pela primeira vez, caracterizando assim, uma visível desigualdade na oferta deste lazer por parte de famílias que moram longe dos centros urbanos. Analogamente à realidade, visto que as salas de cinema se encontram localizadas, muitas vezes, nos shoppings que são geralmente frequentados por classes de maior poder aquisitivo notamos que o crescimento das plataformas de streaming se torna cada vez mais recorrente, uma vez que o preço do uso mensal das plataformas são equivalentes a um único ingresso no cinema. Decerto, isso acabará excluindo então, a participação de classes baixas na democratização do acesso ao cinema.

Ademais, em uma sociedade segregada os direitos dos desfavorecidos são fortemente atingidos. De fato, a Lei de Incentivo à Cultura criada em 1991 assegura o investimento e o incentivo em projetos culturais para que haja uma maior disponibilização da inserção à cultura no país a todas as classes sociais. No entanto, o Brasil não apresenta políticas públicas básicas eficientes que revertam parte dos impostos de renda em aplicação no âmbito cultural deixando de garantir os direitos dos cidadãos previstos em lei. Desse modo, a população de pouco domínio de capital continuará sem acesso as grandes telonas, comprometendo também a bagagem sociocultural que lhes são adquiridas por meio da visualização de filmes.

Portanto, é imprescindível que medidas sejam tomadas. Dessa maneira, é papel do Ministério da Cultura juntamente com o Ministério da Economia, promover a ampliação de projetos como "Cultura na Praça" para levar a cultura do cinema nas

comunidades carentes, por meio da abertura de novas salas de cinema gratuitas nas periferias. Assim a participação no acesso ao cinema será menos privatizado e mais acessível, trazendo aos menos favorecidos a oportunidade de ver a arte imitando a vida. Também, é de papel das instituições de ensino, promoverem passeios com fins culturais em cinemas, teatros, museus e exposições artísticas, com a finalidade de inserir os jovens no mundo da arte.